

Congresso tenta limpar a pauta para votar salários

O Congresso Nacional reúne-se amanhã, durante todo o dia, para apreciar os vetos presidenciais que já estão na Ordem do Dia. Além de esvaziar a pauta, os líderes dos partidos de oposição apoiados pelos presidentes das duas Casas, senador Mauro Benevides e deputado Ibsen Pinheiro, pretendem assegurar para ainda este mês a votação dos vetos à política salarial. São sete projetos com vetos parciais e 151 totais já com prazo para deliberação vencido; 23 em tramitação, mas que somam 46 vetos, e três cujas mensagens ainda serão lidas em plenário — Lei de Diretrizes Orçamentárias (5 vetos), reajuste salarial dos servidores públicos civis e militares (sete) e política salarial (11).

Entre as propostas que serão apreciadas estão os vetos ao Código de Defesa do Consumidor (39 vetos) e à política agrícola, o mais polêmico, com 79. O líder do PT, José Genoino, garante, no entanto, que já houve acordo “entre a UDR e os trabalhadores rurais” e devem apreciar o pacote em bloco. Caso contrário, seriam 79 votações, mas há risco de pedidos de destaque que podem retardar o processo de deliberação.

Das 33 matérias vetadas, 16 foram totalmente vetadas, entre elas os primeiros planos de seguridade social e a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes. Ainda vetado totalmente está o pecúlio ao aposentado da Previdência que retorna a atividade, repasse de percentual da arrecadação da taxa de ocupação de imóveis da União aos estados e municípios, Lei de Falências, e à lei que estabelece a competência da Sunab, entre outros.

Com vetos parciais — o projeto com maior número de vetos é a Lei Agrícola — estão,

também, as regras para desindexação da economia, o enquadramento dos servidores do ex-Projeto Rondon, isenção do IPI na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros e aos destinados ao transporte escolar e as novas regras para as eleições de 03 de outubro do próximo ano.

A estratégia é mesmo garantir a votação dos vetos à política salarial antes de outubro, uma vez que estão certos de derrubá-los e um novo salário mínimo entrar em vigor a partir do dia 1º. Seriam os Cr\$ 46 mil reajustados de acordo com a inflação de setembro e pagos em outubro. O presidente Collor vetou a proposta, mas quanto maior for a inflação, que se supõe crescente, mais facilmente o veto será rejeitado. O deputado Chico Vigilante (PT/DF) acredita mesmo que o País “já tem data certa para explodir” e sugere o dia 6 do próximo mês, quando os trabalhadores se conscientizaram que vão receber o salário mínimo equivalente ao que receberam em março passado.

Pacote — Ao estabelecerem a pauta de votação do semestre, os líderes não reservaram um momento para discutir o **Emendão**, conjunto de alterações constitucionais tão caro ao Governo. Na explicação de Ibsen, isso ocorreu porque, embora mais profundas, as emendas constitucionais requerem menos tempo de negociação.

— Como as emendas necessitam de três quintos e não podem ser alteradas nem emendadas, só entram no plenário para votação quando já há acordo sobre elas. Ou se aprova ou não se aprova — entende Ibsen. Ele lembra também que “não se faz entendimento sobre tudo” e é preciso, portanto, “que ambos os lados cedam”.